

Tribuna BANCÁRIA

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ | EDIÇÃO Nº 1602 | 13 A 18 DE JANEIRO DE 2020



www.bancariosce.org.br



bancariosce



bancariosdoceara



seebce



85 99129 5101

JUSTIÇA GARANTE MUDANÇAS NO ESTATUTO DA CASSI



O novo estatuto foi aprovado pelos associados em consulta realizada em novembro. Com a decisão, o novo estatuto permanece em vigor possibilitando mais de R\$ 1 bi de aporte por parte do BB **(pág. 3)**

É preciso defender a Caixa!

Na semana em que o banco comemora 159 anos de fundação, empregados negociam com a direção e enfatizam a defesa da Caixa 100% Pública **(pág. 4)**

Fundos de pensão ameaçados

Governo Bolsonaro aprova resolução que acaba com a eleição para diretoria dos fundos de pensão. Anapar denuncia que objetivo é entregar gestão dos planos ao mercado **(pág. 6)**

ARTIGO

PRIMEIRO ANO DE BOLSONARO FOI TERRÍVEL PARA OS TRABALHADORES

No primeiro ano de governo Bolsonaro teve mais veneno na comida, mais mortes nas estradas, mais violência contra o meio ambiente (com direito a incêndio na Amazônia e óleo nas praias do Nordeste), contra a dignidade humana e contra a vida e mais ataques aos direitos dos trabalhadores e às entidades sindicais.

Uma série de medidas adotadas pelo presidente desde sua posse faz o dia a dia dos brasileiros ir de mal a pior. Em dezembro, uma pesquisa indica a aprovação de Bolsonaro no patamar de 30%, enquanto a reprovação chega a 36%. O levantamento mostra também que 39% acham que a imagem do Brasil no exterior piorou em 2019. Para comparar, em dezembro de 2003, no fim do primeiro ano do mandato do ex-presidente Lula, 53% achavam que seu governo tinha contribuído para melhorar a imagem do país no mundo e a taxa de aprovação era de 42%. Com Fernando Henrique Cardoso, a aprovação chegou aos 41% da população no fim do primeiro ano. Dilma Rousseff (PT) tinha 59% de aprovação nesse período.

Além de todos os absurdos e desastres administrativos, ainda tivemos as várias denúncias de relação promíscua da família Bolsonaro com os milicianos, inclusive aqueles envolvidos com o assassinato da vereadora Marielle Franco (Psol/RJ). O governo Bolsonaro também é mestre em espalhar fake news. Um levantamento do jornal Folha de S. Paulo apontou que o presidente dá ao menos uma declaração falsa ou imprecisa a cada quatro dias. A incontinência verbal do capitão à frente da Presidência causa estragos à imagem e à economia do Brasil. Isso sem mencionar a verdadeira ojeriza que Bolsonaro tem a jornalistas, ofendendo e denegrindo a imprensa brasileira sempre que é questionado por seus atos ou de seus filhos, assessores ou ministros.

Entre os prejuízos para a classe trabalhadora, destacam-se sete Medidas Provisórias (MPs) envolvendo o mundo do trabalho, além da reforma da Previdência, do fim do Ministério do Trabalho e a carteira verde e amarela. O resultado de tudo isso é um índice de mais de 12 milhões de desempregados, segundo o IBGE.

O movimento sindical também foi duramente atacado em 2019 e teve de enfrentar desafios colocados pelos Poderes, sobretudo o Executivo, para conseguir barrar, ou pelo menos minimizar, uma das agendas mais ameaçadoras contra as conquistas históricas alcançadas pelos trabalhadores, encabeçada pelo governo Bolsonaro.

Mas resistimos. E um dos caminhos dessa resistência foi persistir no diálogo e na sensibilização dos parlamentares. Essa estratégia trouxe resultados positivos, como a supressão de vários pontos da Reforma da Previdência que prejudicariam ainda mais os trabalhadores do setor privado e servidores públicos. Na base do diálogo e do convencimento foi possível também evitar, no Congresso, matérias de iniciativas do governo, como medidas provisórias ou projetos de lei, que acabavam, definitivamente, com direitos dos trabalhadores e dificultavam, inclusive, os descontos das mensalidades às entidades sindicais. Essa resistência será fundamental para que esse processo continue e seja aprofundado em 2020. O ano será de grandes desafios, mas nós não fugiremos da luta jamais.



*Carlos Eduardo,
presidente do Sindicato
dos Bancários do Ceará*



www.bancariosce.org.br



[bancariosce](https://twitter.com/bancariosce)



[bancariosdoceara](https://www.instagram.com/bancariosdoceara)



[seebce](https://www.facebook.com/seebce)



85 99129 5101

Home Page: www.bancariosce.org.br – Endereço Eletrônico: bancariosce@bancariosce.org.br – Telefone geral : (85) 3252 4266 – Fax: (85) 3226 9194

Tribuna Bancária: imprensa@bancariosce.org.br – (85) 3231 4500 – Rua 24 de Maio, 1289 - 60020.001 – Fortaleza – Ceará

Presidente: Carlos Eduardo Bezerra Marques – Diretor de Imprensa: José Eduardo Rodrigues Marinho – Repórter: Sandra Jacinto - CE01683JP

Projeto Gráfico e Diagramação: Normando Ribeiro CE00043DG – Impressão: Expressão Gráfica – Tiragem: 5.000 exemplares

BANCO DO BRASIL: STJ CASSA LIMINAR QUE SUSPENDIA EFEITOS DAS ALTERAÇÕES NO ESTATUTO CASSI

Uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) suspendeu os efeitos de uma liminar concedida pela 47ª Vara Civil do Rio de Janeiro, que sustava a aplicação do novo Estatuto Social da Cassi. O novo estatuto havia sido aprovado pelos associados em consulta realizada entre os dias 18 e 28 de novembro. Com a decisão do STJ, o novo estatuto permanece em vigor.

Com a liminar solicitada pela “Associação Viva Funci”, o resultado da consulta aos associados havia sido sustado e isso impediu que a Cassi recebesse mais de R\$ 1 bi do Banco do Brasil (incluindo 600 milhões da contribuição por dependentes e taxa administrativa, mais cerca de R\$ 450 milhões para a equalização do déficit do



TODOS PELA CASSI

Grupo de Dependentes Indiretos – GDI).

Do total de votantes na consulta aos associados da Cassi, 81.982 aprovaram a proposta. Isso mais do que o dobro dos 39.608 votos contrários à proposta. A associação reclamante queria que fossem considerados os 1.516 votos nulos para o

ainda que a liminar agora cassada atendia o pedido de uma associação criada em julho de 2019 por pessoas ligadas ao mercado de saúde, que parece ter interesses diversos dos associados. “Em nenhum lugar do mundo votos nulos são considerados”, completou.

cálculo do percentual de aprovação da proposta.

Para o coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do BB (CEBB), João Fukunaga, o caso mostra quem realmente defende os interesses dos associados. “Quem quer barrar a aprovação das alterações no Estatuto terá que justificar sua posição para o conjunto dos associados e dizer por que defendem os interesses do mercado e não o dos funcionários”, observou.

Fukunaga observou

PREVI NEGOCIA MANUTENÇÃO DO PAGAMENTO DO BENEFÍCIO NO BANCO DO BRASIL

O diretor eleito de Administração, Márcio de Souza, informou que a Previ está negociando a possibilidade de manter no Banco do Brasil o pagamento dos benefícios do INSS aos aposentados do BB. Isso atenuaria os transtornos provocados pela decisão unilateral do INSS de romper o convênio com a Previ que vigora desde 1967.

Além dos associados, o rompimento do convênio prejudica a Previ, a Cassi e o BB. E beneficia apenas os bancos privados que assinarão o convênio com o INSS no lugar do Banco do Brasil. “Há uma possibilidade de o pagamento

continuar a ser feito pelo BB ao invés da parte do INSS passar a ser creditada pelos bancos indicados pelo Instituto”, disse Márcio de Souza.

O diretor eleito explicou que a prorrogação para março do início do pagamento em separado (INSS e Previ) foi obtida em negociação com o Instituto. Caso a negociação sobre a manutenção do pagamento no BB não tenha sucesso, a partir de março os associados serão avisados sobre o banco em que será creditado o valor do benefício. Márcio de Souza explicou que, neste caso, como a lei garante a portabilidade, o associado

da Previ poderá optar por requerer o retorno do pagamento ao BB.

FUNCEF SE CALA – Enquanto a Previ está buscando reverter a decisão de cancelamento, a Funcef não mensurou as consequências para os participantes. O fim do convênio trouxe muita perda especialmente para quem tem benefício menor. Para pressionar os diretores, mande um e-mail para o Presidente da Funcef, Renato Villela, cobrando que a fundação também tome providências sobre o assunto (renatovillela@funcef.com.br ou presi@funcef.com.br).

MESA PERMAMENTE: EMPREGADOS SE REÚNEM COM A DIREÇÃO DA CAIXA NO PRÓXIMO DIA 15/1

No próximo dia 15 de janeiro será realizada reunião entre representantes dos empregados e a direção da Caixa, na qual serão tratados assuntos que afetam diretamente os trabalhadores.

Além de cobrar da direção do banco uma postura de instituição pública e a defesa da Caixa 100% Pública, na reunião serão tratados os seguintes temas: 1) Cobrança de esclarecimentos sobre a reestruturação que retira direitos dos Caixas, Tesoureiros e Gestores, além do fim deste processo. 2) Fim da verticalização: equiparação salarial dos GAN PF e PJ com os gerentes de relacionamento PF e PJ. 3) Tesoureiros: imediata redução para jornada de 6h sem redução salarial e agregação da verba de quebra de Caixa (essa verba também deve ser agregada aos avaliadores de Penhor). 4) Valorização da Função de Caixa (volta da efetivação) e do atendimento a população com o fim do Caixa minuto. 5) Fim do Revalida e do GDP. 6) Fim da Jornada irregular dos GG, com



o registro de ponto e o impedimento de jornadas superiores a 12h. 7) Transparência no Saúde Caixa: precisamos dos dados para poder fiscalizar ou negociar. Onde estão os relatórios?

INSS – Desde o dia 1º/1, o empregado da Caixa que se afastar do trabalho por licença para tratamento de saúde por período superior a 15 dias é o responsável pelo agendamento da perícia junto ao INSS, a fim de requerer o benefício. Isto porque, INSS acabou com o convênio que mantinha com a Caixa por meio do qual o banco ficava responsável por agendar as perícias dos bancários afastados por mais de 15 dias por doença ou acidente de trabalho.

Para fazer o agendamento, o trabalhador deverá acessar o aplicativo Meu INSS (disponível nas plataformas Android ou IOS) ou no portal Meu INSS. Outra mudança consiste no pagamento dos benefícios (auxílio-doença previdenciário, auxílio-doença acidentário, auxílio-acidente e salário maternidade em caso de adoção), que ocorrerá diretamente pelo INSS ao empregado. Para obter esclarecimentos, a Caixa orienta o contato por meio do chat ou Intranet, via ferramenta SIGSC.

AÇÃO DO BEC: SINDICATO PAGA VALORES A MAIS UM LOTE DE BENEFICIÁRIOS

No dia 18/12, o Sindicato dos Bancários do Ceará fez o pagamento de mais valores de ação jurídica contra o Bradesco para cerca de 20 beneficiários, referente a mais um lote. Esse pagamento é a segunda parte dos valores repassados aos ex-funcionários do BEC, que já receberam a primeira parte em valores incontroversos.

O diretor do Sindicato Robério Ximenes destacou a importância de os associados manterem seus cadastros atualizados junto ao Sindicato para que sejam facilmente localizados diante de vitórias em ações transitadas em julgado, como nesse caso.

A ação foi ajuizada pelo Sindicato dos Bancários do Ceará em 1998, pedindo o pagamento de dois reajustes salariais que o Banco do Estado do Ceará (BEC), não realizou na época, nas Convenções Coletivas de 1996/97 e 1997/98, e que fossem feitos esses reflexos, ou reajustes que o BEC não realizou, junto às verbas salariais, como 13º, férias, FGTS. Enfim, todos os benefícios previstos pela legislação trabalhista e pelas Convenções Coletivas de Trabalho dos Bancários (CCT).



Breves

Paternidade Responsável

No próximo dia 25/1, o Sindicato dos Bancários do Ceará, através da sua Secretaria de Saúde, realiza a primeira edição de 2020 do Programa de Paternidade Responsável, que já chega à 33ª turma. O programa é pré-requisito para o bancário usufruir da licença paternidade ampliada de 20 dias. O curso é presencial, tendo como facilitador o psicólogo e terapeuta familiar, Ben-Hur Oliveira, e acontece geralmente no terceiro sábado de cada mês. Os interessados devem inscrever-se para participar das próximas edições devem procurar a Secretaria de Saúde do Sindicato, através do diretor Eugênio Silva (85 - 99155 5881), ou o funcionário Erismar (85 - 3252 4266).

Biometria

Os eleitores que perderam o prazo da biometria devem procurar o quanto antes a regularização, portando documento oficial com foto e comprovante de residência. O prazo máximo para regularização é 6 de maio. Quem preferir, pode agendar atendimento através do site do TRE/CE (<http://www.tre-ce.jus.br>) ou procurar um dos postos de atendimento ao eleitor de segunda a sexta, das 8h às 17h: Praia de Iracema; UECE Itaperi; Conjunto Ceará; Vapt Vupt Messejana ou Antônio Bezerra; Parque das Crianças; José Walter ou das 10h às 19h nos shoppings Via Sul, Iguatemi, Parangaba, Benfica, North Shopping Fortaleza, North Shopping Jóquei e Rio Mar Fortaleza.



Fotos: Secretaria de Imprensa - SEEB/CE

BRADESCO: AÇÃO DO SINDICATO REINTEGRA BANCÁRIA ACOMETIDA DE LER/DORT

O Sindicato dos Bancários do Ceará acompanhou dia 27 de dezembro a reintegração da bancária do Bradesco, Francisca Menezes Pereira Rodrigues, que foi demitida em abril de 2017, sem justa causa, mesmo tendo feito sucessivos relatos de ser portadora de doença ocupacional em exames periódicos realizados pelo banco.

Ela conta que passou o dia trabalhando normalmente e no final do expediente recebeu a carta de demissão, após se dedicar à empresa desde setembro de 1984, quando foi admitida ainda pelo Banco do Estado do Ceará (BEC), comprado em 2006 pelo Bradesco. Francisca relata ainda que, na época da sua demissão, trabalhava na área de Pessoa Jurídica, mas que, durante mais de dez anos, exerceu a função de caixa (atividade que exige movimentos repetitivos dos membros superiores, o que lhe causou e agravou um problema nas mãos, tendo feito, inclusive uma cirurgia). Por trabalhar numa área bastante competitiva, ela revela que várias vezes se absteve de tirar uma licença saúde, pois temia ser demitida. “Foram anos de serviço, com dedicação, responsabilidade e, de repente, você é descartada, sem nenhum motivo. Dá muita indignação”, disse a bancária.

Em julho de 2017, o Sindicato ingressou com ação judicial pedindo a reintegração da bancária, o restabelecimento do plano de saúde e indenização por danos morais. Um laudo pericial produzido por determinação do juiz condutor do processo indicou que a doença de Francisca foi agravada pelo seu

trabalho no banco, mas mesmo assim, o juiz não atendeu ao pedido da bancária. O Sindicato recorreu então ao Tribunal Regional do Trabalho e em setembro de 2019, o TRT da 7ª Região deu ganho de causa à bancária, condenando o Bradesco a reintegrar a bancária, restabelecer seu plano de saúde e a pagar uma indenização por danos morais.

Para Francisca, essa foi uma importante vitória diante das dificuldades que enfrentou por quase três anos. “Durante esse período passei por grande aperto. O valor que recebia do INSS só dava para pagar o plano de saúde que eu tive que arcar. Além disso, meus filhos ainda fazem faculdade e dependem financeiramente de mim”.

Ela agradeceu ainda o apoio que recebeu do Sindicato dos Bancários. “O Sindicato que me alertou que, devido a minha doença, eu teria direito de entrar com o pedido de reintegração. E durante todo o processo, tive todo o apoio necessário, sobretudo do advogado Vianey Martins, acompanhando o processo, tirando dúvidas sobre informações que eu não entendia. O Sindicato foi um grande parceiro nessa minha vitória”.

Por fim, ela destaca que os bancários que estejam passando por situações semelhantes não se acomodem e não deixem de lutar por seus direitos. “Procurem o Sindicato, busquem seus direitos, porque se a gente não for à luta, nossos direitos não são respeitados. Para mim, essa volta, além de significar o retorno do meu salário, dos benefícios, significa justiça”, concluiu.

ITAÚ: GT DE SAÚDE CONQUISTA AVANÇOS

O Grupo de Trabalho (GT) de Saúde do Itaú conquistou o parcelamento do adiantamento de salário aos trabalhadores afastados. A proposta do banco, apresentada em reunião realizada dia 11/12, em São Paulo, varia de 3 a 12 vezes dependendo da quantidade de salários envolvidos na dívida do trabalhador. Caso o valor não seja quitado na folha, poderá ser descontado de até 50% do pagamento da PLR. Anteriormente, o banco descontava toda a PLR.

Este avanço é importante porque o trabalhador, ao se afastar, mantém seus compromissos financeiros, que somados com os gastos do tratamento, os deixa sem condições de quitar esta dívida de uma vez só. No retorno, além de lidar com o sofrimento causado pela doença e com a dificuldade da readaptação, muitas vezes recebia os primeiros contracheques zerados.

Outro avanço conquistado foi que os atestados até quatro dias de afastamento



poderão brevemente ser enviados diretos para a área de licenças pelo IU Conecta, que é o aplicativo dos funcionários do banco. O movimento sindical reivindica a ampliação deste serviço para afastamentos de 15 dias ou mais, para facilitar a vida do trabalhador.

A reivindicação dos trabalhadores

também é pela criação de uma área específica para receber este tipo de documentação e encaminhamento.

Os termos serão enviados pelo banco ao movimento sindical que fará avaliação final antes da assinatura do acordo. Será criado um grupo de trabalho bipartite para operacionalização.

AMEAÇA: GOVERNO APROVA FIM DE ELEIÇÃO PARA DIRETORIA DE FUNDOS DE PENSÃO

No apagar das luzes de 2019 o governo Bolsonaro tomou uma decisão que acaba com a democracia nos fundos de pensão. Em reunião dia 20/12, o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) aprovou resolução que acaba com a eleição para diretoria das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC).

Essa mudança já tinha sido proposta por meio de projeto de lei, o PLP 268. Com a pressão da sociedade e de parlamentares, o projeto esfriou. A resolução introduz processo seletivo e vai contra o Estatuto dos fundos, que prevê eleições. A medida ainda não foi publicada do Diário Oficial da União, o que deve ocorrer ainda este mês. A proposta principal é inserir na resolução a contratação de dirigentes do mercado como forma exclusiva para o exercício do cargo de diretor, conflitando com di-

reitos já consolidados em estatutos de diversas entidades.

A Associação Nacional dos Participantes de Previdência Complementar (Anapar) considera a medida uma clara afronta à legislação do sistema. A entidade afirma que as mudanças são inconstitucionais, pois usam uma resolução para alterar dispositivos legais, o que pode abrir precedentes perigosos. A indicação de representantes da categoria era uma forma de tentar barrar o que chamam de "uso indevido de recursos da aposentadoria para fomentar o mercado financeiro".

A Anapar vem denunciando, em várias oportunidades, a tentativa do governo de excluir os participantes da governança dessas entidades para facilitar o processo de transferência dos recursos acumulados nos planos para o sistema financeiro, por meio da possibilidade de transferência



de gerenciamento. O único dificultador a este intento é a presença dos dirigentes eleitos nas instâncias de poder dos fundos de pensão, que começa ser eliminada, a partir dessa decisão.

O momento agora é de mobilização, que deverá ser ampla, com os participantes, as entidades e até ações jurídicas, caso seja necessário.

SINDICATO REALIZA ENTREGA DAS DOAÇÕES DA **CAMPANHA BANCÁRIO SOLIDÁRIO**

Fotos: Secretaria de Imprensa – SEEB/CE

O Sindicato dos Bancários do Ceará, através do Comitê de Mulheres Bancários Ana Dantas, realizou, dia 19/12, a entrega das doações arrecadas durante a Campanha Bancário Solidário 2019. Este ano, a entidade escolhida foi o “Projeto Anjos de Deus”.

O Projeto Anjos de Deus tem como responsável a Irmã Socorro e atende, em média, 150 crianças carentes do próprio bairro, com reforço escolar e alimentação. Além disso, o Projeto ainda ajuda as mães dessas crianças, com cursos de qualificação profissional como corte e costura, cuidadoras entre outros, para que estas possam retornar ao mercado de trabalho. Para ajudar o Projeto, arrecadamos junto à categoria bancária produtos de limpeza e higiene pessoal, mas também foram doados brinquedos, kits de pintura e outros brindes, leite, além de lanches para as crianças. O diretor da entidade, Alex Citó, se vestiu de Papai Noel e fez a alegria da criançada.

A irmã Socorro, responsável pelo projeto, agradeceu as doações que, segundo ela, vão ajudar muito na manutenção da casa e no bem-estar das crianças. “Nós vivemos, exclusivamente, de doações, e essa ajuda foi muito bem-vinda. Só tenho a agradecer”, disse.

Quem quiser conhecer ou ainda ajudar o Projeto Anjos de Deus, este se localiza na Rua D. Mendinha, 197 – Pirambu.



CONVÊNIO: NOVA PARCERIA OFERECE ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL COM DESCONTO ESPECIAL

O Sindicato dos Bancários do Ceará firmou convênio com o restaurante Comabem Refeições Saudáveis, oferecendo descontos especiais para nossos associados.

O restaurante Comabem alia refeições saudáveis com acompanhamento nutricional individualizados com refeições frescas ou congeladas, montadas de acordo com a necessidade de cada um.

Com essa parceria, os bancários sindicalizados têm desconto de 10% nas refeições saudáveis avulsas; sopas, caldos e consomês; sanduíches naturais; sucos especiais e sobremesas diets.



MAIS INFORMAÇÕES:

Rua Prof. Francisco Gonçalves,
75 - Dionísio Torres – Fortaleza
Pedidos e consultas: (85)
3257-7480 | 3032.7480 |
98196.9898
Delivery: (85) 3257-7480
Horário de funcionamento: 7h30
às 16h, de
segunda a sexta.
E- mail: contato@
comabemsaudavel.com.br
Home page: www.
comabemsaudavel.com.br
Instagram: @comabemsaudavel

SINDICATO PARTICIPA DE AUDIÊNCIA EM DEFESA DOS BANCOS PÚBLICOS NA CÂMARA MUNICIPAL DE CANINDÉ

O Sindicato dos Bancários do Ceará participou, dia 11/12, de Audiência Pública na Câmara Municipal de Canindé, relativa à defesa dos bancos públicos. A audiência partiu de um requerimento da própria entidade atendido pelos vereadores do município e foi a segunda de uma série de audiências públicas que devem acontecer por todo o Nordeste, como parte da Campanha em Defesa dos Bancos Públicos, promovida pela Fetrafi/NE. A audiência foi presidida pelo vereador Iomar Vasconcelos (PT).

Vários dirigentes do Sindicato estiveram presentes à audiência e falaram sobre a importância dos bancos públicos para a agricultura familiar, geração de emprego e renda, obras de infraestrutura, microcrédito, investimentos na educação, saúde e até para obras de saneamento.

Os vereadores presentes apoiaram a iniciativa dos bancários e se comprometeram em realizar novo debate para ser transmitido por rádios locais e redes sociais, além de uma nota de repúdio e de um documento se manifestando contra a privatização e em defesa dos bancos públicos.

Novas audiências públicas devem ser realizadas em breve, através da Campanha em Defesa dos Bancos Públicos da Fetrafi/NE, em toda a região nordestina, inclusive no Ceará.



Fumo passivo

Uma pessoa exposta à fumaça do cigarro pode desenvolver doenças respiratórias, cardiovasculares e cerebrais, além de câncer. De acordo com o Inca, a fumaça que sai do cigarro e se difunde no ambiente contém, em média, 3x mais nicotina, 3x mais monóxido de carbono e até 50x mais substâncias cancerígenas do que o que fumante inala. Essas substâncias podem ficar no local por 24h ou mais. E são muitas doenças que podem ser causadas como rinite, sinusite, bronquite, alergias nos olhos, asma, entre outros.

Máquina de guerra

Em quase 20 anos de conflitos no Oriente Médio e no Golfo, o governo americano já destinou quase US\$ 6 trilhões para financiar as operações, conta que deve crescer nos próximos anos. Cálculos realizados pelo Watson Institute da Universidade de Brown (EUA) somaram os gastos do governo americano no Iraque, Afeganistão, Paquistão e Síria. O valor é considerado a partir de 2001. Com o dinheiro destinado às campanhas americanas, o mundo teria eliminado a fome ou preparado o planeta para as mudanças climáticas.

Gordura Trans

A gordura trans é um tipo de gordura produzida artificialmente com a hidrogenação dos óleos vegetais. Ela deixa os alimentos mais saborosos, mas também prejudica a saúde, elevando o colesterol ruim e aumentando riscos de infarto e AVC. Alimentos como pipoca de micro-ondas, salgadinhos, sorvetes, pão francês, requeijão, chocolates, pizzas e salgados congelados, contêm gordura trans. Em vista disto, a Anvisa determinou que, a partir de 2023, a gordura trans deve ser totalmente eliminada dos alimentos industrializados. Esta eliminação será realizada de forma progressiva para que todos possam se adaptar às novas normas.